

Relatório de participação no Encontro Público da ICANN ICANN 58 – Copenhague – 13 a 16/03/2017

Conselheiro Flávio Rech Wagner

Representante da comunidade científica e tecnológica

Nota: Esse relatório não tem por intenção cobrir toda minha participação no encontro de Copenhague, nem todos os temas relevantes discutidos nas sessões das quais participei. Ênfase foi dada apenas a alguns temas e sessões por mim escolhidos e cuja inclusão nesse relatório julguei mais oportuna, evitando potenciais superposições com relatórios elaborados por outros conselheiros e pela assessoria. No Anexo encontra-se a relação completa das sessões das quais participei, sendo importante mencionar que cheguei a Copenhague na noite do domingo, não tendo, assim, participado de atividades realizadas ao longo do final de semana.

1. Mercado de nomes de domínio na América Latina e Caribe

O tema do mercado de nomes de domínio genéricos (gTLDs) foi a pauta principal da sessão intitulada “LAC Space”, destinada a um encontro da comunidade da América Latina e Caribe. A reunião foi em parte baseada nos resultados de um estudo¹ encomendado pela ICANN a respeito da situação do mercado de nomes de domínio na América Latina e Caribe. O estudo, intitulado “Latin American and Caribbean DNS Marketplace Study”, foi realizado por um consórcio formado por Oxford Information Labs, LACTLD, EURid e InterConnect Communications.

A discussão durante a sessão, e aparentemente também o conteúdo do estudo, pareceu indicar uma clara prioridade para a promoção e expansão dos novos gTLDs na região, sem uma devida ênfase ao fato que, em determinados países como o Brasil, a sociedade está muito bem servida pelos respectivos “country codes”, não havendo justificativa mais forte para um esforço da ICANN de promoção dos novos gTLDs. Em função dessa percepção, e a meu pedido, esse tema também foi pautado para a reunião dos conselheiros do CGI.br com o CEO da ICANN, Göran Marby (ver item 3 deste Relatório).

Vanda Scartezini, que estava presente na sessão, referiu que ela havia elaborado um outro estudo, intitulado “New gTLD Study in Latin America”. A apresentação desse estudo estava inclusive prevista na pauta da sessão, mas não foi abordado. Vanda Scartezini afirmou, ao final, que o estudo seria apresentado em um futuro webinar.

2. Códigos de duas letras no segundo nível de novos gTLDs

O uso de códigos de duas letras constantes da tabela ISO-3166 (que contém os códigos de países e territórios) no segundo nível de novos gTLDs foi o assunto mais candente da reunião do GAC em Copenhague. Representantes de diferentes países no GAC, e em especial o Brasil, manifestaram seu grande desagrado com decisão que teria sido tomada pelo Board da ICANN em novembro de 2016, liberando o registro de códigos de duas letras neste contexto. Essa decisão seria contrária a acordo anterior feito entre o GAC e o Board, segundo o qual os países eram classificados em três categorias²: 1) os países que exigiam ser consultados, em todos os

¹ O estudo está disponível em <https://www.icann.org/public-comments/lac-dns-marketplace-2016-09-22-en>

² Ver a tabela de países, segundo as três categorias, em <https://gacweb.icann.org/display/gacweb/Country+and+Territory+Names+as+second-level+domains+in+new+gTLDs+requirements+for+notification+list>

casos, possivelmente junto com o operador do ccTLD respectivo (caso este manifestasse esse desejo), para possivelmente autorizar o uso do código correspondente ao país no segundo nível de um novo gTLD; 2) os países que exigiam ser consultados apenas no caso de solicitações vindas de gTLDs "de propósitos gerais", mas não no caso de "brand gTLDs" (o Brasil estava nesse segundo caso); e 3) os países que deram uma autorização irrestrita, sem necessidade de consulta prévia. Após uma solicitação do registry de um novo gTLD, a consulta seria encaminhada ao GAC e, através deste, ao país e possivelmente ao operador do ccTLD respectivo. A partir de novembro de 2016, no entanto, a ICANN teria entendido que não havia mais necessidade de tal consulta aos países.

O tema foi amplamente debatido em reuniões abertas do GAC e também durante a reunião aberta conjunta entre o GAC e o Board. O Embaixador Benedicto Fonseca, representando o Brasil, fez manifestação forte sobre o assunto, questionando o Board sobre a forma pelo qual este estaria levando (ou deixando de levar) em consideração o "advice" do GAC. Também enfatizou que essa mudança de atitude do Board não era uma mudança "menor" e que ela não era aceitável para o Brasil. O país não teria preocupações com o uso do "br" no segundo nível de "brand gTLDs", mas teria uma forte sensibilidade em relação ao uso do "br" em gTLDs de propósitos gerais. Outros países, como Irã, Singapura, Ruanda, China, Peru e Holanda, e também a União Europeia, apoiaram a manifestação do Brasil.

Chris Disspain respondeu em nome do Board, não reconhecendo o problema. Ele alegou que a resolução do Board era consistente com o "advice" do GAC, o que foi rejeitado nas manifestações de diversos países, e que a resolução evita confusão para os consumidores. Afirmou ainda que países não têm propriedade sobre os respectivos códigos de duas letras, no que se refere ao seu uso em nomes de domínio, afirmação que também foi contestada por diversos países. A ICANN teria reservado esses códigos apenas no primeiro nível, enquanto que esses códigos já estariam sendo usados há bastante tempo no segundo nível. Ele concluiu que, havendo ainda discordância do GAC, deveria ser enviada comunicação escrita ao Board, o que também foi rejeitado por diversos países, mas que não deveria haver expectativa de que o Board poderia mudar sua decisão. O representante do Iran chegou a ameaçar, de forma nada sutil, que o assunto poderia ser levado para a ITU por países que não se sentem confortáveis com o modelo multissetorial de governança.

No seu Comunicado ao final do encontro de Copenhague³, o GAC aconselhou o Board a levar em consideração as sérias preocupações expressadas por alguns membros do GAC e a se engajar com esses governos antes do próximo encontro da ICANN para resolver essas preocupações de forma imediata, antes que elas se agravem. O GAC também solicitou ao Board que explique de que forma sua decisão sobre o assunto foi tomada, em particular em relação ao "advice" previamente dado pelo GAC a esse respeito.

É relevante mencionar que as discussões também abarcaram o uso de nomes geográficos, como "brasil", e seus assemelhados, no segundo nível dos novos gTLDs, havendo preocupações similares do GAC em relação a essas situações.

O tema também foi pauta de discussões em reunião da GNSO (ver item 5 deste Relatório).

Numa apreciação pessoal do assunto, é necessário referir que os conselheiros do CGI presentes a Copenhague, assim como integrantes da assessoria, desconheciam os detalhes do assunto antes do encontro. Foi feito um esforço de busca de informações, por exemplo para saber de que forma estaria ocorrendo a comunicação entre o registry de um novo gTLD, desejoso de utilizar códigos da tabela ISO-3166 no segundo nível, a ICANN, o GAC e os países

³ A íntegra do Comunicado do GAC de Copenhague está em <https://gacweb.icann.org/display/gacweb/Governmental+Advisory+Committee?preview=/27132037/44663677/GAC%20ICANN%2058%20Comunique%20-%20Full%20-%2015mar17.pdf>

afetados, especialmente antes de novembro de 2016, quando o Board aprovou resolução que eliminou tal comunicação. Os conselheiros também não tinham conhecimento prévio da decisão do Brasil de autorizar o “br” no segundo nível de “brand gTLDs”. Os conselheiros igualmente desconheciam se já teria ocorrido caso concreto de solicitação de uso do “br” no segundo nível de algum novo gTLD de propósitos gerais e, tendo havido, qual teria sido a resposta do Brasil à solicitação.

3. Reunião com o CEO da ICANN

Por iniciativa do coordenador do CGI, Maximiliano Martinhão, conselheiros do CGI presentes ao encontro de Copenhague (eu, o próprio Coordenador do CGI, mais Demi Getschko, Thiago Tavares, Carlos Afonso e Nivaldo Cleto) tiveram reunião reservada com o CEO da ICANN, Sr. Göran Marby. Da reunião também participaram o Embaixador Benedicto Fonseca, assim como outros membros da equipe da ICANN.

O primeiro ponto da pauta, e que dominou boa parte da reunião, foi a posição reiterada do governo brasileiro, através do MRE, de manter aberta a discussão sobre a jurisdição da ICANN, tema que faz parte da pauta do assim chamado “workstream 2” do CCWG (Cross-Community Working Group) em “Accountability” da ICANN, criado como parte do processo de transição da supervisão das funções IANA. O Embaixador Benedicto Fonseca reiterou que o Brasil não estava questionando o local de incorporação da ICANN, mas sim a jurisdição adotada para a solução de contenciosos. Embora a resposta da ICANN seja que a entidade oferece mecanismos de solução que deveriam evitar a judicialização dos contenciosos e que foram reforçados após a transição IANA, o CEO da ICANN ignorou em sua fala que, ainda assim, fica sempre aberto, a qualquer parte interessada, o recurso em última instância à Justiça da Califórnia.

Bastante relacionada à constatação acima, a disputa em torno da criação do gTLD “.amazon” também foi trazida à conversa com o Sr. Marby que, de forma pouco diplomática, minimizou a relevância do posicionamento dos países da Região Amazônica, alegando, por exemplo, que também a Grécia poderia manifestar interesse no tema, em função da etimologia da palavra.

Também ocupou boa parte da reunião a discussão sobre o uso de códigos da tabela ISO-3166 no segundo nível dos novos gTLDs, havendo, por parte do Embaixador Benedicto Fonseca, uma reiteração das preocupações e argumentos por ele já expressos no âmbito do GAC (ver item 2 deste Relatório). Akram Attallah, responsável pela GDD (Global Domains Division da ICANN), presente à reunião, alegou que as empresas defendem que não existe nenhuma legislação internacional que dê tal tipo de proteção aos países. Foi também questionada a abertura de um PDP (Policy Development Process) pela GNSO para tratar do assunto, sem aparente protagonismo da ccNSO e do GAC, obviamente partes também interessadas no assunto.

Infelizmente, quase nenhum tempo restou na reunião para a abordagem de assuntos de interesse específico do CGI. Em particular, eu havia solicitado a inclusão, na pauta, dos estudos encomendados pela ICANN a respeito do mercado de gTLDs na América Latina e Caribe (ver item 1 deste Relatório). Eu afirmei que o estudo sobre mercado de TLDs na LAC parecia voltado demais à expansão de novos gTLDs. Disse que, pelo menos no Brasil, a sociedade está muito bem servida pelo .br, citando os ótimos resultados do CGI e do NIC como justificativa, e que a falta de expansão dos gTLDs não é um problema real. Em resposta, John Jeffrey, “General Counsel” da ICANN, também presente à reunião, alegou que a expansão dos novos gTLDs poderia ajudar empresas brasileiras a ter presença internacional.

Em mais de uma ocasião, Göran Marby mencionou que decisões são tomadas pela comunidade e que cabe a ele apenas implementá-las. Em minha visão, ele parece ignorar, intencionalmente ou não, que decisões na ICANN são fortemente capturadas por registries dos gTLDs e registrars.

Ao final da reunião, foi discutida a possibilidade da presença de Göran Marby em uma reunião do CGI no mês de maio, aproveitando sua presença no LACNIC, que ocorrerá em Foz do Iguaçu. Nesta reunião, em minha visão, devemos aproveitar a oportunidade para reforçar a natureza multissetorial do CGI e o histórico de sucesso em suas atividades, que talvez ainda sejam largamente desconhecidos (ou mal compreendidos) por Göran Marby.

Além das pessoas já citadas anteriormente, também participaram da reunião Rodrigo de la Parra (Vice-Presidente de “Stakeholder Engagement” da ICANN para América Latina e Caribe) e Daniel Fink (Senior Manager e responsável por “Stakeholder Engagement” da ICANN para América do Sul).

4. NCUC e NCSG

Houve poucos pontos de discussão mais acalorada nas reuniões da NCUC (Non-Commercial Users Constituency) e do NCSG (Non-Commercial Stakeholders Group, ao qual a NCUC está vinculada), refletindo uma situação de relativa calma pós-transição IANA.

Além de diversos pontos administrativos, a NCUC discutiu a nova “Systemic Copyright Infringement Alternative Dispute Resolution Policy” (SCDRP), adotada recentemente pelo PIR (Public Interest Registry), entidade responsável pelo .org, mas depois suspensa em função da repercussão negativa⁴. Esta política foi bastante criticada por membros da NCUC por sua aparente benevolência excessiva com os interesses dos detentores de propriedade intelectual, em detrimento da liberdade de expressão, e também por sua adoção à revelia de consultas multissetoriais, o que seria particularmente grave no caso do PIR, vinculado à ISOC e historicamente relacionado aos interesses da sociedade civil. O Presidente do Conselho do PIR, Roberto Gaetano, afirmou que, se registries e registrars não perseguirem estratégias de “auto-regulação da indústria”, o vácuo poderá ser preenchido, referindo-se ao envolvimento dos governos -- especialmente o governo estadunidense. Ele reconheceu que o PIR falhou ao não envolver outros stakeholders no desenho da política auto-regulatória (inclusive os próprios governos).

A reunião da NCUC, como tradicionalmente ocorre, recebeu a visita do CEO da ICANN, Sr. Göran Marby, e de alguns membros do Board. No entanto, a conversa não trouxe à tona nenhuma questão contenciosa maior entre a NCUC e o Board ou o staff da ICANN, como ocorreu tantas vezes no passado.

A reunião da NCUC foi finalizada com diversos relatos de ações que estão sendo tomadas para a recepção a novos membros da comunidade, em especial aqueles que participam pela primeira vez de encontros da ICANN. Ressalte-se que a NCUC possui centenas de membros individuais e institucionais, de dezenas de países, e que esse número tem crescido constantemente.

Na reunião do NCSG com o Board, três pontos principais estiveram em pauta. O primeiro foi o questionamento, pelo NCSG, das medidas tomadas pela equipe de “compliance” da ICANN para a mitigação de abusos (relatados no encontro anterior, em Hyderabad) de reclamantes contra registrantes. O segundo ponto foi o questionamento das ideias que o

⁴ Este relato sobre a discussão da NCUC em torno da SCDRP do PIR está também baseado em relevantes observações e análise feitas pelo assessor Diego Canabarro.

Board tem para aumento da transparência, de modo a aumentar o entendimento, pela comunidade, das decisões tomadas ao nível do Board. Esses dois pontos iniciais receberam esclarecimentos protocolares por parte do Board.

O terceiro ponto da pauta foi o que mostrou maior contrariedade do NCSG com o Board. Contratos de novos gTLDs com a ICANN incluem os chamados PICs (Public Interest Commitments), feitos pela organização que solicitou o gTLD e conhecidos desde o momento da aplicação. Os PICs indicam compromissos públicos em relação à forma de uso do gTLD. No entanto, os contratos efetivamente assinados estariam incluindo também outros PICs, adicionados pelos respectivos registries e não conhecidos previamente pela comunidade, alguns dos quais estariam contradizendo políticas e processos definidos pela GNSO. O NCSG afirmou que tais PICs atropelariam o trabalho da comunidade na definição de políticas para os novos gTLDs, podendo criar grandes danos, e que não teria havido oportunidade para discussão pública dessa decisão do Board. O NCSG gostaria que esses problemas pudessem ser mitigados ou mesmo eliminados.

5. GNSO

A reunião pública ordinária do Conselho da GNSO não teve assuntos polêmicos⁵. Todas as votações foram aprovadas por unanimidade, não transparecendo as divisões históricas entre os diferentes setores representados na GNSO, como registries, registrars, usuários comerciais e sociedade civil.

Já na sessão de “wrap-up” da GNSO, realizada no último dia do encontro, houve uma discussão bastante mais vibrante em torno do uso de códigos da tabela ISO-3166 no segundo nível de gTLDs (ver item 2 deste Relatório). Como o Communiqué do GAC já era conhecido quando essa sessão aconteceu, a posição final do GAC sobre o assunto foi bastante criticada, e de forma quase unânime pelos conselheiros da GNSO que tomaram a palavra. Foi alegado por conselheiros da GNSO que o mecanismo de “consensus advice” do GAC estaria sendo abusado, pois o GAC está pedindo ao Board que negocie individualmente com cada país. Isto não seguiria as diretrizes do estatuto da ICANN a respeito da forma pela qual o GAC pode dar “advice” ao Board através de consenso. Também foi afirmado que vai ser difícil para o Board recuar da situação atual, na qual os registries já têm autorização para criar nomes de domínio de segundo nível que utilizam os códigos de duas letras da tabela ISO-3166. Mas foi reconhecido que o GAC está frustrado com a posição do Board, que afirma ter seguido o “advice” do GAC, com o que o GAC não concorda. Como as manifestações enfáticas do Brasil no GAC foram explicitamente citadas durante essa sessão da GNSO, Rubens Kuhl, do NIC.br e também conselheiro da GNSO (em função dos novos gTLDs .bom e .final), relatou a informação que havia repassado à delegação brasileira em Copenhague a respeito do papel da GNSO na questão, lembrando que a decisão em novembro de 2016 sobre a liberação do uso dos códigos de duas letras havia sido tomada apenas pelo Board. Avri Doria, também conselheira da GNSO, indicada pela NCUC, e de forma mais ponderada do que outros conselheiros, lembrou que, como a posição de alguns países, como o Brasil, foi colocada dentro do Communiqué, isto significa que o GAC de fato aprovou por consenso esta posição. Assim, o GAC estaria seguindo as regras do estatuto sobre tomada de decisões.

⁵ A pauta da reunião do Conselho da GNSO pode ser encontrada em

<https://community.icann.org/display/gnsocouncilmeetings/Final+Proposed+Agenda+15+March+2017>

6. CCWG em Governança da Internet

Um dos pontos na pauta da reunião aberta do conselho da GNSO, já referida no item 5 deste Relatório, foi a redefinição do escopo do CCWG (Cross-Community Working Group) em Governança da Internet. Já em encontros anteriores da ICANN haviam surgido manifestações de contrariedade com o andamento do trabalho desse CCWG, que, segundo essas críticas, não parecia ter objetivo claro nem parecia tratar de temas relevantes no contexto da ICANN. No encontro anterior da ICANN em Hyderabad, o Conselho da GNSO já havia condicionado a futura participação da GNSO como uma das organizações promotoras desse CCWG (juntamente com ALAC e ccNSO) a uma revisão abrangente de sua missão e escopo, com a definição de um plano de trabalho claro, com atualizações regulares e resultados concretos. O CCWG fez uma proposta para atender essa demanda da GNSO⁶, a qual agora está em discussão.

A sessão do CCWG em Governança da Internet, como em encontros anteriores da ICANN, ocorreu na manhã do último dia, consistindo de diversos relatos sobre eventos e fóruns importantes na área e que podem ter relevância para a atuação da ICANN. O Embaixador Benedicto Fonseca fez um relato sobre o trabalho do WGEC (Working Group on Enhanced Cooperation), restabelecido pela ONU como resultado das recomendações do relatório final do processo de revisão WSIS+10 e por ele coordenado. Ao final do seu relato, o Embaixador alertou que a comunidade não deveria ter expectativas muito grandes sobre o resultado final do trabalho do WGEC e convidou a todos para a próxima reunião do grupo, em maio, em Genebra. Também foram feitos relatos sobre o WSIS Forum, promovido pela ITU, que ocorrerá em Genebra em junho de 2017, e sobre o próximo encontro plenipotenciário da ITU, que ocorrerá em Dubai em dezembro de 2018. Representantes do governo da Suíça fizeram um relato sobre os preparativos para a realização da próxima edição do IGF, que ocorrerá em Genebra em dezembro de 2017.

Após os relatos, Tatiana Tropina, pesquisadora do “Max Planck Institute for Foreign and International Criminal Law” e vinculada à NCUC, brevemente abordou desafios à frente do modelo multissetorial de governança, especialmente em função da relevância crescente do tema da cibersegurança e da tendência de maior regulação da área por parte de governos. Matthew Shears, da entidade Centro de Democracia e Tecnologia e também vinculado à NCUC, discutiu o papel do CCWG em Governança da Internet, afirmando que seu papel é informar a comunidade sobre questões relevantes no espaço de governança da Internet e lembrando que a ICANN é um ator central nesse espaço.

Como em outras sessões desse CCWG realizadas em encontros anteriores da ICANN e das quais participei, não houve espaço para nenhum debate com a plateia, talvez em função do pouco tempo disponível, talvez pelo formato adotado, consistindo numa sequência de breves relatos sobre temas distintos.

7. IGFSAs

Como em encontros anteriores da ICANN, a IGFSAs⁷ (IGF Support Association) organizou uma reunião de “outreach” à margem da programação oficial. A IGFSAs tem por objetivo o suporte financeiro ao IGF global (através de doações a seu “trust fund”) e aos IGFs nacionais e regionais (os NRIs). Indivíduos podem se associar, pagando anuidade de US\$ 25.00, assim como

⁶ Ver uma tabela comparativa entre o “charter” original do CCWG-IG e o novo “charter” proposto, em <https://gns0.icann.org/en/drafts/comparison-table-ccwgig-charter-ccwgig-revised-charter-10mar17-en.pdf>

⁷ Ver o sítio da IGFSAs em <http://www.igfsa.org/>.

entidades, com anuidade de U\$ 100.00, mas o maior volume de recursos obtidos vem de doações de grandes entidades, como ISOC e ICANN, e empresas. Em 2016, a IGFSa apoiou mais de 20 NRIs, mas com recursos de pequena monta para cada iniciativa.

Após uma introdução à missão e atividades da IGFSa, feita por Markus Kummer, seu coordenador atual, seguiram-se breves depoimentos de mais de uma dezena de NRIs apoiados pela associação, de países como Nigéria, Colômbia, Afeganistão, Quênia, Armênia e Tunísia, e de regiões como Ásia Central, Europa e África do Norte. Também se manifestaram representantes da ICANN, APNIC, AfriNIC e ISOC.

Anexo. Sessões e reuniões das quais participei durante o encontro de Copenhague

Segunda-feira

- Opening ceremony
- LAC Space
- Cross-community session: Towards Effective DNS Abuse Mitigation: Prevention, Mitigation and Response
- Cross-community discussion with Council of Europe Data Protection Commissioners
- Public Forum

Terça-feira

- NCUC Constituency Day
- (evento paralelo) IGFSa
- (reunião paralela) Reunião com Göran Marby, CEO da ICANN
- GAC
- NCSG meets the Board

Quarta-feira

- GAC meeting with the Board
- GNSO Public Council Meeting
- New gTLD Auction Proceeds CCWG Status Update
- Cross-Community Working Party on Human Rights

Quinta-feira

- CCWG on Internet Governance
- GNSO Wrap-up
- Public Forum